

## Ética e responsabilidade social na preservação do patrimônio cultural<sup>1</sup>

Beatriz Mugayar Kühl

O tratamento dessa problemática foi estruturado em torno de um eixo central que lida com aspectos correlatos, que reaparecerão recorrentemente neste texto e que deveriam, sempre, balizar as ações nos bens culturais: as razões de preservar, que são essenciais tanto para nortear os princípios da intervenção – ou seja, os instrumentos teóricos que deveriam reger as ações práticas –, quanto para circunscrever os próprios objetivos da intervenção, repercutindo na escolha dos meios técnico-operacionais necessários para alcançá-los.

Enfatiza-se a necessidade de trabalhar com esses temas para lidar com duas questões difíceis, de fundamental importância para a preservação<sup>2</sup>:

- o fato de cada intervenção ser um caso particular: pretende-se evidenciar que nem por isso qualquer coisa é válida e aceitável;
- o fato de qualquer intervenção ter pertinência relativa, pois na conservação e no restauro não existe uma única solução, aceita de modo universal e atemporal, mas várias soluções de pertinência relativa; isso não significa, porém, que uma solução pertinente ao campo seja inviável, mas é algo diverso de ser impertinente.

Essas questões extremamente intrincadas podem ser mais bem circunscritas se pensadas em função daquilo que motiva a preservação e dos princípios de intervenção que derivam disso; é importante refletir sobre preceitos teóricos justamente para que a ação não se torne arbitrária, mesmo devendo ser sempre problematizada.

---

<sup>1</sup> Este texto retoma colocações apresentadas pela autora em outros textos, em especial: KÜHL, Beatriz Mugayar. História e Ética na Conservação e na Restauração de Monumentos Históricos. *Revista CPC*, São Paulo, v. 1., n. 1, p.16-40, 2005.

<sup>2</sup> A palavra preservação, no Brasil, possui um sentido lato e pode abarcar uma grande variedade de ações como inventários, registros, leis de tombamento, educação patrimonial e intervenções nos bens para que sejam transmitidos da melhor maneira possível ao futuro. As intervenções em si assumem denominações variadas, podendo, como explicitado na Carta de Veneza do ICOMOS-UNESCO, ser caracterizada como manutenção, conservação e restauro, com graus crescentes de ingerência sobre o bem. Ou, por exemplo, serem sintetizadas na palavra restauro, como proposto por Cesare Brandi. Existem ainda outras linhas, com raízes no pensamento de John Ruskin e Alois Riegl, que diferenciam conservação e restauro, não como parte de um mesmo processo, com graus de ingerência distintos, mas como ações de natureza diversa. Neste texto, será discutida a necessidade de utilizar preceitos teóricos para guiar as atuações práticas, qualquer que seja a definição dos termos adotada. Utiliza-se, aqui, a palavra restauro no sentido brandiano, para caracterizar todas as ações em bens culturais. Para a transformação do pensamento sobre as intervenções em bens culturais ao longo do tempo e para circunstanciar de maneira mais adequada o debate atual, ver: CARBONARA, Giovanni. *Avvicinamento al restauro. Teoria, storia, monumenti*. Napoli: Liguori, 1997; CHOAY, Françoise. *A Alegoria do Patrimônio*. São Paulo: UNESP, 2001; JOKILEHTO, Jukka Ilmari. *A History of Architectural Conservation*. Oxford: Butterworth-Heinemann, 1999; SCARROCCHIA, Sandro. *Alois Riegl: Teoria e prassi della conservazione dei monumenti*. Bologna: Accademia Clementina di Bologna, 1995.

Ao examinar as transformações por que passou a preservação ao longo do tempo, é possível verificar que o modo como é entendida hoje – como ato de cultura de um presente histórico –, deriva em larga medida da aquisição de uma "consciência histórica", da noção de ruptura entre passado e presente, que se mostra embrionária no Renascimento e se acentua ao longo dos séculos. Desde finais do século XVIII, verificou-se o amadurecimento da discussão e um número crescente de experiências práticas, de formulações teóricas, de políticas e propostas legislativas voltadas à preservação e de inventários, que se tornaram cada vez mais consistentes. As formas de lidar com o legado de outras gerações – que é reconhecido como de interesse cultural – afastaram-se das ações ditadas por razões pragmáticas (de uso, econômica), que predominaram até então, assumindo conotação fundamentalmente cultural, voltada aos aspectos estéticos, históricos, memoriais e simbólicos dos bens. Assim, os motivos de ordem prática deixam de ser prevalentes, apesar de dever estar presentes, e passam a ser concomitantes, a ter caráter indicativo, mas não determinante (de modo isolado), sendo empregados como meios de preservar, mas não como a finalidade, em si, da ação.

Preserva-se, hoje, por razões de cunho cultural – pelos aspectos formais, documentais, simbólicos e memoriais –, científico – pelo fato de os bens culturais serem portadores de conhecimento em vários campos do saber –, e ético – por não se ter o direito de apagar os traços de gerações passadas e privar as gerações presentes e futuras da possibilidade de conhecimento de que esses bens são portadores.

Nesse processo de amadurecimento de experimentações teóricas e práticas provou-se de tudo, ao longo de pelo menos cinco séculos; com o acúmulo dessas experiências ao longo do tempo e com a reflexão sobre seus resultados e conseqüências para os bens culturais – principalmente a partir de releituras feitas a partir de finais do século XIX e começo do século XX – foram propostos princípios que poderiam nortear as intervenções. O intuito é fazer com que os bens sejam transmitidos da melhor maneira possível ao futuro, sem desnaturá-los ou falseá-los, para que cumpram, efetivamente, seu papel como bens culturais; a saber, para que possam continuar a ser documentos fidedignos e, como tal, servir como efetivos suportes do conhecimento e da memória coletiva. Portanto, a intervenção deve ser justificável e justificada do ponto de vista das razões por que se preserva.

Analisando muitas das intervenções recentes em bens de interesse cultural e a crescente descaracterização a que estão sendo submetidos, torna-se gritante a necessidade de discutir preceitos teóricos para guiar atuações práticas, para que de fato os objetivos da preservação – ditados pelas razões de preservar – sejam alcançados. Claro está que este não é o único aspecto a ser considerado na preservação – e neste congresso são debatidos vários temas

também essenciais como a discussão de casos práticos e de técnicas de intervenção, questões relacionadas à formação de profissionais e à regulamentação das atividades no campo –, mas esse é um problema primordial que não tem sido muito debatido.

Retoma-se, aqui, uma colocação feita durante o Seminário Internacional "Um olhar contemporâneo sobre a preservação do patrimônio cultural material" no Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro, em 2007: a necessidade de questionar a interpretação da noção de que "cada caso é um caso", que se tem traduzido na prática corrente de intervenções como "cada um faz o que quer", ou "qualquer coisa é possível"<sup>3</sup>. É extremamente deletério que a questão seja encarada dessa forma; espera-se esclarecer o porquê dessa colocação a seguir.

Ao longo dos últimos vinte anos, minhas pesquisas se voltam ao estudo e análise do patrimônio industrial e aos problemas de restauração, procurando enfatizar que os instrumentos oferecidos pela metodologia do restauro e pelos preceitos teóricos que deveriam reger as ações são válidos e consistentes, e devem ser reinterpretados em relação aos bens culturais como um todo. Através da análise de várias intervenções e de numerosíssimos textos sobre ações em bens da industrialização, foi possível evidenciar que se encerrar num tema isolado – como permanecer vinculado de modo exclusivo ao patrimônio industrial, ou moderno, por exemplo –, leva a um processo de distorção do olhar, pois não incita uma reflexão mais ampla e não leva a repensar o problema a partir de seu cerne (as razões de se preservar). Recai-se freqüentemente num empirismo cego e pedestre que parte unicamente do objeto (o bem a ser restaurado), o que acaba por justificar qualquer postura, pois todos os casos se tornam exceção<sup>4</sup>.

Do mesmo modo, para qualquer bem cultural, partir de uma lógica induzida unicamente a partir do objeto, e não de posturas deduzidas de princípios éticos e científicos, acaba fazendo com que se distorça o "cada caso é um caso", que passa a ser traduzido por "qualquer coisa é válida", pois tudo é encarado como exceção, algo que não deveria ocorrer. As escolhas operacionais deveriam ser justificadas à luz das razões e dos objetivos da preservação e feitas como consequência da análise dos princípios de intervenção em relação a cada um dos casos, pois toda obra tem uma configuração que lhe é própria, assim como seus materiais e seu particular transcurso ao longo do tempo. Desse modo, seria necessário partir de uma via

---

<sup>3</sup> O evento foi organizado pelo Museu Histórico Nacional, Fundação Casa de Rui Brabosa, Museu de Astronomia e Ciências Afins. A palestra apresentada deu origem ao texto: KÜHL, Beatriz Mugayar. A Restauração como Campo Disciplinar Autônomo, *Anais do Museu Histórico Nacional*, Rio de Janeiro, v. 40, p. 351-373, 2008.

<sup>4</sup> Para resultados da pesquisa, bibliografia analisada e obras examinadas ver: KÜHL, Beatriz Mugayar. *Preservação do Patrimônio Arquitetônico da Industrialização: Problemas Teóricos de Restauro*. Cotia: Ateliê / FAPESP, 2009. Este texto retoma reflexões já apresentadas no livro.

deduzida de princípios éticos e científicos – que derivam das razões por que se preserva – para depois se voltar para o objeto em suas particularidades e por isso a insistência em discutir conceitos e metodologia.

Se forem analisadas as transformações por que passou a preservação ao longo dos séculos e a consolidação do restauro como campo disciplinar autônomo – que é algo muito diverso de ser campo disciplinar isolado (o campo é, ao contrário, necessariamente multidisciplinar, pois precisa da articulação de vários campos do saber) – considerado como tal principalmente a partir das formulações de Alois Riegl, no início do século XX, é possível verificar que mesmo na diversidade das várias correntes atuais de pensamento no campo<sup>5</sup>, existem princípios e critérios comuns (que não se traduzem por regras fixas) que conformam o campo de ação. Ou seja, a restauração possui metodologia, princípios teóricos e procedimentos técnico-operacionais que lhe são próprios e resultam da reflexão sobre os motivos pelos quais se preserva e de experimentações pluriseculares; o que varia, na prática, porém, são os meios postos em ação – que são variadíssimos – quando se passa à parte operacional.

Brandi admoestava, já há várias décadas, que a ação prática de restauro está para os princípios teóricos da restauração, assim como a pena está para a norma jurídica<sup>6</sup>. Na prática atual, "penas" têm sido aplicadas na ausência de uma "norma"; passa-se ao "como" restaurar sem antes questionar os "porquês" e, desse modo, acaba-se por ser arbitrários em relação aos bens culturais. Não se está afirmando, de modo algum, que todas as intervenções sejam ruins; mas, na realidade atual, as ações acabam por depender exclusivamente do arbítrio de uma pessoa, que vai "julgar" o bem mais ou menos conscienciosamente, de acordo com suas capacidades e com a sua formação, e não em acordo com uma noção de "justiça", que emana de uma sociedade com consciência do papel atribuído aos monumentos de suporte do conhecimento e da memória coletiva. Essa frase deve ser entendida de modo metafórico; não se está propondo a criação de uma série de regras e nem de um texto de lei; propõe-se a discussão de princípios (mais afeitos à discussões de filosofia do direito e ética) que deveriam derivar desse senso de justiça. Não se deveria aplicar uma "pena" ao bem cultural sem uma "norma", para não recair em arbitrariedades; espera-se que um juiz estabeleça uma sentença pautado na lei, baseado nos códigos em vigor, e não por uma visão individual momentânea. A situação atual em relação aos bens culturais é semelhante à situação das pessoas antes da existência do estado de direito e é notória a importância da justiça para que o "indivíduo", assemelhado aqui de forma metafórica aos bens culturais, seja respeitado em sua plenitude.

---

<sup>5</sup> Para esses temas e bibliografia complementar ver: KÜHL, 2009, p. 81-100.

<sup>6</sup> BRANDI, Cesare. *Teoria da Restauração*. Cotia: Ateliê, 2004, p. 94.

Outro ponto fundamental deriva dessa reflexão: todos os indivíduos deveriam ser iguais perante a lei. Monumentos históricos, como já preconizava Riegl, não devem ser entendidos apenas como obras grandiosas, de excepcional valor, mas como toda e qualquer obra que com o tempo adquiriu conotação cultural, algo mais próximo do sentido etimológico de "monumento" como elemento de rememoração. No que respeita ao método de intervenção, equiparam-se "obras de arte" aos "demais" produtos da atividade humana, não mais se fazendo distinção entre "belas artes" e as artes ditas aplicadas e todas as outras formas de manifestação do fazer humano. Da mesma forma, na jurisprudência não são feitas discriminações por aparência, condição social etc. Como evidencia Giovanni Urbani, é feita essa equiparação do ponto de vista metodológico não por comodismo, ou para fazer com que duas coisas indecomponíveis se agreguem, mas para respeitar os aspectos materiais, de conformação e documentais em todos eles. É necessário ater-se ao método para reconhecer e valorizar o caráter documental nas "obras de arte" (sendo a ação de restauro não voltada "exclusivamente" aos aspectos estéticos) e também a configuração dos "demais" produtos (que não são "meros" documentos históricos). O procedimento de intervenção como um todo deve ser um processo de aprofundamento cognitivo, buscando lançar luzes sobre vários aspectos dos bens culturais, com plena consciência de que tudo aquilo que é testemunho do fazer humano pode ser digno de preservação e que todas as coisas que se referem ao homem e à sua história podem ser consideradas objetos de análise científica<sup>7</sup>.

Talvez, a sabedoria no campo da preservação, diga respeito à escolha dos fins, que derivam, justamente das razões de se preservar, para que se determinem os meios adequados para atingi-los.

É importante notar que os meios técnico-operacionais a serem escolhidos são essenciais e devem ser arduamente debatidos e pesquisados, mas não podem ser entendidos como desvinculados dessas discussões, pois um dos riscos que se corre hoje é de uma excessiva especialização, de uma fragmentação do conhecimento, de uma pulverização disciplinar que leve a uma fé cega no tecnicismo, fazendo perder de vista as razões por que se preserva. Preservar deveria ser, sempre, um processo multidisciplinar, mesmo que a parte operacional seja executada por uma só pessoa. O conhecimento aprofundado dos princípios que guiam o campo ajudam também a afastar da visão operador (que pode ser um restaurador, ou um conservador, ou um curador) titânico, onisciente e onipotente diante de obra; é necessário atuar segundo preceitos teóricos – que, isso deve ser repetido à exaustão, derivam das razões

---

<sup>7</sup> URBANI, Giovanni. *Intorno al restauro*. Milano: Skira, 2000, p. 23.

por que se preserva – em relação a cada um dos casos e agir de acordo com uma sólida deontologia profissional<sup>8</sup>.

Uma vez que bom senso é algo que não se encontra na prática, é essencial que quem trabalha na área atue com rigor, disciplina e prudência, embasado em coerência conceitual, fundamentada no rigor metodológico próprio às humanidades, que não deve ser confundido, porém, com obsessão metodológica, que leva a uma estagnação estéril do pensamento, algo que não deve jamais ocorrer. Deve-se atuar com a consciência de que é necessário articular os saberes oferecidos pelos vários campos – humanidades e ciências naturais – e com plena ciência da responsabilidade social envolvida, pois são sempre bens únicos, não repetíveis e que são suporte do conhecimento e da memória coletiva.

Maurizio Calvesi, examinando as formas de relação com o passado, denuncia posturas de distorção histórica, situando ao longo de um eixo: o estripador, que julga monumentos e testemunhos do passado apenas como um estorvo, correndo para o futuro, o que exige vias retas e velozes; o fanático da repristinação, que é projetado em direção a um passado remoto, não menos mítico e anistórico, em uma fuga igualmente imprudente e apressada; e os embelezadores, que são aqueles mitificam de forma anistórica o presente.

Para evitar essas distorções, alterações e destruições aleatórias, a preservação deve seguir princípios, vinculados à coerência conceitual e metodológica para as várias formas de manifestação cultural, mesmo na diversidade dos meios a serem empregados na prática para se enfrentar os problemas particulares de cada obra. O restauro é necessariamente um ato ancorado nas ciências – humanas, exatas e biológicas –, ou seja, ao pensamento crítico e científico e é isso que faz com que o "cada caso é um caso" se diferencie do "cada um faz o que quer". Isso diz respeito a todas as formas de manifestação cultural, inclusive para obras modernas e contemporâneas<sup>9</sup>.

---

<sup>8</sup> É necessário, em qualquer processo de aproximação a um bem cultural, de qualquer natureza, avaliar a incidência do tempo sobre a obra, positiva ou negativa, tanto no que se refere aos aspectos físico-químicos de uma eventual degradação, quanto nos aspectos figurativos. Essa análise jamais deve ser efetuada por uma só pessoa; esse processo é por definição multidisciplinar, por abarcar questões relacionados à materialidade da obra e de sua conformação, envolvendo necessariamente historiadores, críticos de arte, filósofos (teorias estéticas), químicos, físicos, biólogos etc. Giuseppe Basile, ao analisar a estrutura multidisciplinar de trabalho consolidada no Instituto Central de Restauração na Itália, atual Instituto Superior para a Conservação e o Restauro, em Roma, mostra como, para Brandi era importante a divulgação dos resultados "mas cujo acolhimento não poderia (nem deveria) depender de outra coisa a não ser de sua intrínseca qualidade. Bem afastado de Brandi estava o pensamento de que os métodos por ele preparados e propostos pudessem ser partilhados só porque impostos hierarquicamente" (BASILE, Giuseppe. Breve Perfil de Cesare Brandi, *Designio*, São Paulo, n. 6, 2006, p. 50). Ou seja, nunca a decisão deve emanar de uma só pessoa, ainda que seja o chefe hierárquico do serviço.

<sup>9</sup> No que diz respeito à aplicação dos princípios consolidados no campo do restauro e à sua aplicação para as obras de arte modernas e contemporâneas, são de enorme interesse as experiências desenvolvidas no Restaurierungszentrum de Düsseldorf desde o início dos anos 1960. Sempre pautados em processos multidisciplinares – que, para avaliar a incidência positiva ou negativa do tempo sobre a obra, envolve também

A vinculação às humanidades é essencial para os que atuam na preservação de bens culturais, pois possibilita que se superem atitudes ditadas por predileções individuais, que qualquer ser pensante possui, e por uma maior ou menor apreciação de uma sociedade e de um presente histórico em relação às manifestações culturais de outros períodos, e que se aja de acordo com sólida deontologia profissional, alicerçada visão histórica. Quantas vezes na história da humanidade um determinado tipo de produção foi desprezado, para depois ser apreciado posteriormente, quando já muitos de seus principais testemunhos haviam sido destruídos? Max Dvořák, em 1916, salientava perigos de uma visão de preservação calcada unicamente na preferência artística do momento, que considera apenas alguns tipos de expressões como válidas, sendo os excluídos eliminados por preconceito estilístico: "mesmo quando a preferência pessoal e o interesse geral estão mais voltados para esse ou aquele estilo, isso não significa que se possa destruir todo o resto, pois aquilo que não se considera notável pode se tornar válido em outros tempos, assim como aconteceu, entre nós, com as obras de arte barroca"<sup>10</sup>. Isso ocorreu com a arte medieval até o século XIX, com o maneirismo, com o barroco, e mais recentemente com o *art nouveau*, desconsiderado até muito recentemente e atualmente muito prezado. Qualquer profissional pode ter, no entanto, predileções individuais, mas deve superá-las na prática em função de uma deontologia apropriada para não recair no arbítrio – pois aquilo que parece feio e inútil hoje, pode servir amanhã. Esse processo não é óbvio, ao contrário; também por isso a pluridisciplinaridade é necessária: minimizar o risco de atitudes individuais e deformadoras.

A atuação em bens culturais exige estudos aprofundados, não admite simplificações nem

---

teoria e crítica de arte, psicologia da percepção, teoria da recepção etc. –, as experiências foram analisadas em várias publicações por Heinz Althöfer, diretor do centro durante muitos anos (ver, por exemplo: ALTHÖFER, Heinz. *Il restauro delle opere d'arte moderne e contemporanee*. Firenze: Nardini, 1991; a edição original alemã é de 1980), que evidencia, justamente, a aplicabilidade da metodologia e dos princípios de restauro para obras recentes. Claudio Varagnoli, em artigo em que refuta a necessidade de tratar as expressões modernas e contemporâneas de maneira diversa (Un restauro a parte? *Palladio*, Roma, v. 12, n. 22, p. 111-115, 1998), analisa as proposições de Althöfer, mostrando que estrutura as obras em três grupos essenciais: aquelas que são assimiláveis – por material, relação com fruidor e significado – às tradicionais, para as quais a ação de restauro será semelhante àquela de obras mais antigas, tanto do ponto de vista conceitual, quanto técnico; as obras feitas com materiais experimentais, que trazem novos problemas técnico-operacionais, mas não conceituais; e as obras que possuem uma relação diversa com a materialidade. Neste último caso, é necessária cautela, procurando estabelecer relações com o percurso mental do artista para não desnaturá-lo (caso da *eat art*, performances etc.), trabalhando, na maioria dos casos através de registros. O próprio Instituto Superior para a Conservação e o Restauro de Roma vem realizando experiências sistemáticas no campo nos últimos cinco anos, fazendo uma releitura da teoria brandiana para sua aplicação às obras de arte modernas e contemporâneas, com êxitos de enorme interesse. Os resultados têm sido devidamente divulgados através de exposições, reuniões científicas e publicações. Reafirma-se, assim, a validade dos princípios teóricos do campo – processo amadurecido ao longo de vários séculos –, se devidamente reinterpretados para afrontar as renovadas questões colocadas pelas obras recentes; ou seja, não é necessário reinventar a roda e começar do zero "criando" novos preceitos; é importante refletir criticamente a partir de uma sólida base já existente, algo que é feito de maneira consistente há quase meio século por alguns centros de restauração.

<sup>10</sup> DVOŘÁK, Max. *Catecismo da Preservação de Monumentos*. Cotia: Ateliê, 2008, p. 93.

aplicações mecânicas de fórmulas; daí a necessidade de se falar em princípios, ou critérios de atuação (e não de regras fixas) para fundamentar as propostas de maneira rigorosa. O restauro não é mera operação técnica; é necessariamente ato crítico, como mostrava Brandi, para depois tornar-se ato técnico-operacional. Ademais, a restauração como entendida hoje, não é voltar ao passado, não significa congelar, embalsamar e muito menos apartar os bens culturais da realidade. Significa transformar, pautando-se na análise da obra, no respeito pela sua conformação, pelos seus aspectos materiais e pela sua transformação ao longo do tempo, através de método fundamentado nos instrumentos de reflexão oferecidos pela filosofia e historiografia da arte, crítica e estética e nas ciências naturais<sup>11</sup>.

Essas proposições exigem esforço interpretativo relacionado a cada caso; o fato de cada restauração constituir um caso a ser analisado de modo singular – em razão das características particulares de cada obra e de seu individual transcorrer no tempo – e não obedecer a colocações dogmáticas, não implica numa intervenção arbitrária. Daí a necessidade da reflexão teórica, que perscruta o método, para resolver o problema de modo que a idéia subjetiva se torne acessível a um juízo mais objetivo e controlável, mesmo na intrínseca e necessária não-exatidão das ciências humanas<sup>12</sup>; essa objetividade só pode ser alcançada através da reflexão teórica, que deve afastar as restaurações de atos subjetivos e arbitrários.

A restauração possui, assim, métodos, conceitos, referenciais teóricos e técnico-operacionais consistentes que oferecem instrumentos para que a intervenção prática seja apropriada, considerando-se as motivações e os objetivos da preservação, sem desnaturar ou falsificar o bem. É um ato crítico que se fundamenta no respeito pela obra, pela sua materialidade, pelos seus aspectos documentais e de conformação e deve sempre ser ação a reinterpretar no

---

<sup>11</sup> Para tanto, a ação deve ter em vista alguns princípios, pensados de forma concomitante e não excludente:

- Distinguidade: pois a restauração (que é vinculada às ciências históricas), não propõe o tempo como reversível e não pode induzir o observador ao engano de confundir a intervenção ou eventuais acréscimos com o que existia anteriormente, além de dever documentar a si própria (BRANDI, 2004: 47; 61).

- Reversibilidade, que mais recentemente tem sido enunciada, de modo mais preciso, como "re-trabalhabilidade": pois a restauração não deve impedir, tem, antes, de facilitar qualquer intervenção futura (BRANDI, 2004: 48); portanto, não pode alterar a obra em sua substância, devendo-se inserir com propriedade e de modo respeitoso em relação ao preexistente e de forma a não impedir ou inviabilizar intervenções futuras que se façam necessárias.

- Mínima intervenção: pois a restauração não pode desnaturar o documento histórico nem a obra como imagem figurada, respeitando suas várias estratificações.

- Compatibilidade de técnicas e materiais: deve-se levar em conta a consistência física do objeto, com a aplicação, para seu tratamento, de técnicas compatíveis que não sejam nocivas ao bem e com eficácia comprovada através de muitos anos.

<sup>12</sup> HEIDEGGER, Martin. *Chemins qui ne mènent nulle part*. Paris: Gallimard, 1986, p. 99-126. O texto provém de Holzwege, publicado originariamente em 1949. Heidegger evidencia que a não-exatidão das ciências humanas não é um defeito; é uma característica e uma exigência essencial, pois seu campo de objetividade – que possui outro gênero, se comparado às ciências exatas (cuja ligação com seu setor de objetividade tem o caráter de exatidão e precisão) – existe, mas demanda um trabalho mais árduo, sendo necessário pautar-se no método para ter acesso à objetividade.

presente e que se coloca, segundo Paul Philippot e Brandi, como "hipótese crítica"<sup>13</sup> – ou seja, não é uma tese, que se quer demonstrar a todo custo às expensas do documento histórico, daí a necessária prudência –, voltada para a transmissão do bem para as próximas gerações. É, portanto, ato de respeito pelo passado, feito no presente, mas que mantém, sempre, o futuro no horizonte de suas reflexões.

Por ser ato crítico, a restauração possui pertinência relativa em relação aos parâmetros culturais (e sócio-econômico-políticos etc.) de cada época. Num mesmo presente, as soluções fundamentadas possíveis para um dado problema são variadas; não existe nunca uma única solução plausível, aceita de maneira unânime por todos e válida atemporalmente, mas várias soluções de pertinência relativa. A solução é relativa também no que se refere aos parâmetros de épocas anteriores e posteriores, não sendo possível prever quais serão os critérios empregados no futuro que, com toda certeza, serão diversos dos atuais. Isso repercute na tarefa basilar e talvez mais objetiva da preservação: o inventário, que, também ele, é resultante da visão de um presente histórico e possui pertinência relativa. A forma de atuar nos bens culturais depende do modo como são indagados e percebidos e as respostas por eles dadas dependem das questões que um dado presente histórico formula. Isso evidencia ainda mais a necessidade de agir de modo fundamentado a partir de uma via deduzida de princípios éticos e científicos e não derivadas apenas, de modo empírico, a partir do objeto. A solução deve, também por isso, ser discutida e enfrentada com instrumentos e vinculada à realidade de cada época; o fato de, no futuro, as posturas serem diversas não exime um dado grupo social da responsabilidade pela preservação (e de identificar bens a preservar) – se isso não for feito de maneira fundamentada, ocorrerá de modo aleatório.

É importante salientar que as vertentes de pensamento que existem na atualidade, apesar de operarem de maneira distinta, preconizam respeito absoluto pela obra, mesmo na pluralidade de suas formulações e dos diversos modos de colocá-las em prática. Os preceitos teóricos permitem circunscrever, de modo pertinente, a preservação e as ações a ela relacionadas como um campo essencialmente cultural, separando-as daquilo que exorbita completamente de seus objetivos. Uma coisa é possuir pertinência relativa; outra, é ser impertinente ao campo. Esses procedimentos teórico-metodológicos servem para que as ações se diferenciem de atos ditados por interesses imediatistas e de setores restritos da sociedade – não verdadeiramente voltados à coletividade e considerando tempo "longa duração" –, conduzindo a resultados que vão contra os próprios objetivos da preservação.

---

<sup>13</sup> BRANDI, Cesare. L'Institut central pour la restauration d'œuvres d'art à Rome. *Gazette des beaux-arts*, Paris, v. 43, , p. 44, 1954.

As colocações aqui apresentadas têm por intuito oferecer um tema para a reflexão: é necessário tornar os critérios de preservação operacionais para as atuais circunstâncias no país, fazendo-se, de modo gradativo, experimentações conscienciosas e fundamentadas, num contínuo confrontar entre teoria e prática, para chegar a princípios amadurecidos, capazes de enfrentar os problemas em toda a sua complexidade. Por isso se insiste na necessidade de voltar a entender as raízes que conduziram à preservação de bens culturais, que no decorrer dos séculos se afastou das ações ditadas por razões prevalentemente pragmáticas, para assumir conotação cultural, e analisar os motivos que levaram o restauro a um distanciamento do empirismo para se integrar à reflexão crítica e às ciências. É preciso retornar às raízes que motivaram a preservação dos monumentos históricos para voltar a entender por que, para quem, o que e como preservá-los, respeitando escrupulosamente seus aspectos documentais, sua configuração, sua materialidade, seu transcorrer ao longo do tempo, para que desse modo, continuem a ser documentos fidedignos, que possam transmitir o conhecimento de forma plena e não deformada, e para que sirvam como efetivos elementos de rememoração e suportes da memória coletiva.

Pois alterações e destruições imponderadas, que não levam em conta raízes e objetivos da preservação, nem a individualidade da obra, resultam na perda de um valor fundamental, que é a multiplicidade; perda de multiplicidade que nega um preceito que deveria estar sempre presente: a tolerância. Preservar apenas aquilo que parece importante a alguns num dado momento, é a perversão desse preceito. Preservar monumentos históricos significa assegurar a diversidade e combater a intolerância, que aniquila outras formas de expressão, achatando o todo num único registro. Preservar é impedir o fundamentalismo de que prevaleçam apenas algumas expressões hegemônicas que nulificam outras.

A responsabilidade de quem atua na preservação é assegurar o direito ao conhecimento e à memória – e seu poder como propulsora de transformações – como necessidade humana e social, que implica o dever de preservar para permitir, incentivar e assegurar que vários tipos de testemunhos do fazer humano, atuais e pretéritos, existam e convivam e que sejam respeitados em sua plenitude. Assim fazendo, assegura-se o direito ao conhecimento de que os bens culturais são portadores, oferecendo um amplo instrumental – para várias áreas do saber, para a memória e do ponto de vista simbólico –, que pode ser percebido e atualizado, por uma consciência individual ou de maneira coletiva, de infinitas maneiras, no presente e no futuro, para a compreensão e apreensão da realidade, proporcionando, portanto, meios abrangentes para a ela se adaptar, para transformá-la e para construir o futuro.